
ONG Parceiros Voluntários

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros
ONG Parceiros Voluntários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ONG Parceiros Voluntários ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONG Parceiros Voluntários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1 – Entidade sem finalidade de lucros)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1 – Entidade sem finalidade de lucros)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



ONG Parceiros Voluntários

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



ONG Parceiros Voluntários

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de abril de 2021.

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Biedermann Mariante'.

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1 SP243373/O-0

ONG Parceiros Voluntários

Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio social	2020	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1.892.809	1.202.991	Fornecedores	8.871	14.123
Outros créditos	5.646	-	Ordenados e encargos sociais (nota 8)	111.518	125.039
Estoque (nota 4)	16.605	16.605	Obrigações fiscais (nota 9)	23.903	23.841
Despesas antecipadas (nota 5)	11.878	48.389	Receitas diferidas - Projetos em andamento (nota 10)	1.763.780	1.122.674
			Outras contas a pagar	1.076	5.214
	<u>1.926.938</u>	<u>1.267.985</u>		<u>1.909.148</u>	<u>1.290.891</u>
Não circulante					
Fundo de sustentabilidade (nota 6)	3.676.549	3.486.292			
Imobilizado (nota 7)	143.165	165.657			
Intangível (nota 7)	8.461	12.763			
	<u>3.828.175</u>	<u>3.664.712</u>			
			Total do passivo	<u>1.909.148</u>	<u>1.290.891</u>
			Patrimônio social		
			Reserva de doações (nota 11. a)	64.331	77.315
			Reserva - Fundo de sustentabilidade (nota 11. b)	3.486.292	3.305.006
			Superávit acumulado	<u>295.342</u>	<u>259.485</u>
			Total do patrimônio social	<u>3.845.965</u>	<u>3.641.806</u>
Total do ativo	<u><u>5.755.113</u></u>	<u><u>4.932.697</u></u>	Total do passivo e patrimônio social	<u><u>5.755.113</u></u>	<u><u>4.932.697</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONG Parceiros Voluntários

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas das atividades operacionais (nota 12)		
Projetos e eventos de assessoramento	1.464.584	1.796.749
Contribuições de mantenedores e apoiadores	682.188	1.195.740
Trabalho voluntário	<u>636.054</u>	<u>734.461</u>
Superávit bruto	<u>2.782.826</u>	<u>3.726.950</u>
Despesas das atividades operacionais		
Projetos de assessoramento (nota 13)	(691.288)	(1.259.773)
Gerais e administrativas (nota 14)	(1.443.011)	(2.324.514)
Trabalho voluntário	(636.054)	(734.461)
	<u>(2.770.353)</u>	<u>(4.318.748)</u>
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro	<u>12.473</u>	<u>(591.798)</u>
Resultado financeiro		
Resultado financeiro líquido (nota 15)	<u>191.686</u>	<u>189.617</u>
Superávit (Déficit) do exercício	<u>204.159</u>	<u>(402.181)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONG Parceiros Voluntários

Demonstração das mutações do patrimônio social

Em reais

	<u>Reserva de doações</u>	<u>Reserva - Fundo de sustentabilidade</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	90.299	3.108.723	844.965	4.043.987
Déficit do exercício	-	-	(402.181)	(402.181)
Realização por depreciação do ativo imobilizado recebido em doação	(12.984)	-	12.984	-
Transferência para reserva - fundo de sustentabilidade	-	196.283	(196.283)	-
Em 31 de dezembro de 2019	77.315	3.305.006	259.485	3.641,806
Superávit do exercício	-	-	204.159	204.159
Realização por depreciação do ativo imobilizado recebido em doação	(12.984)	-	12.984	-
Transferência para Reserva - Fundo de sustentabilidade	-	181.286	(181.286)	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>64.331</u>	<u>3.486.292</u>	<u>295.342</u>	<u>3.845.965</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONG Parceiros Voluntários

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	<u>204.159</u>	<u>(402.181)</u>
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação do imobilizado	21.913	22.502
Amortização do intangível	4.302	4.299
Custo baixa ativo imobilizado	579	-
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	-	195
Despesas antecipadas	36.511	(470)
Outros créditos a receber	(5.646)	102.206
Fundo de sustentabilidade	(190.257)	(181.286)
Fornecedores	(5.252)	5.404
Ordenados e encargos sociais	(13.521)	12.792
Obrigações fiscais	62	(372)
Receitas diferidas - Projetos em andamento	641.106	286.423
Outras contas a pagar	(4.138)	(2.138)
Provisão honorários a pagar	-	(18.373)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>689.818</u>	<u>(170.999)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	-	(4.553)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(4.553)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	689.818	(175.552)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.202.991</u>	<u>1.378.543</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.892.809</u>	<u>1.202.991</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A ONG Parceiros Voluntários ("Entidade") é uma associação civil de fins não lucrativos domiciliada no Brasil com sede em Porto Alegre - RS. Criada em janeiro de 1997, atua no contexto das políticas de assistência social decorrentes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004. Em 04 de setembro de 2017, por meio de reunião de diretoria, deliberou-se sobre a abertura da primeira filial da ONG Parceiros Voluntários na cidade de São Paulo. A data de abertura se deu em 18 de setembro de 2017 na Avenida Paulista, 1.294 - São Paulo/SP.

A LOAS propõe a articulação de esforços entre os poderes públicos e a sociedade civil através das entidades beneficentes e de assistência social para garantir proteção social a quem dela necessite. Para isso executam-se programas, formulando ações e realizando controle social. Como proteção social, a PNAS dispõe sobre as formas institucionalizadas pelas sociedades humanas para proteger grupos ou a totalidade de seus membros.

A Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, ratifica o já disposto na LOAS e a nova resolução nº 14, de 15 de maio de 2014 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, ratifica o já disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aprofunda o conceito de entidades e organizações de assistência social, classificando-as como de atendimento, de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Como organização da sociedade civil, a ONG Parceiros Voluntários, caracteriza sua atuação no âmbito do assessoramento.

Desde a sua criação apresentou à sociedade a proposição de desenvolvimento da cultura do trabalho voluntário organizado. Desde então, vem contribuindo para a formação do Capital Social e para o desenvolvimento humano, entendendo a potencialidade desta prática como coadjuvante na melhoria da gestão e atuação das Organizações da Sociedade Civil com seus públicos atendidos. Cabe destacar, que a ONG Parceiros Voluntários dissemina o sistema de voluntariado organizado, promovendo o exercício da solidariedade, um importante valor ético para o desenvolvimento humano.

Como uma das formas de desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, a ONG Parceiros Voluntários realiza a tecnologia social "Tribos nas Trilhas da Cidadania". Nesta ação, jovens de escolas públicas e privadas se dedicam a empreender soluções para os desafios existentes em suas comunidades através das trilhas da Educação para a Paz, Meio Ambiente e Cultura. Com esta iniciativa, praticam os quatro pilares da educação propostos pela ONU – aprender a saber, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. E são estimulados a atuar em seu contexto social como agentes mobilizadores e articuladores, com base na solidariedade e na RSI – Responsabilidade Social Individual.

Entendendo a necessidade de ampliar o assessoramento, o foco estratégico da ONG Parceiros Voluntários evoluiu e hoje, além do voluntariado organizado, assessora entidades beneficentes e de assistência social de acordo as atividades descritas na Resolução nº 27, de 19 de setembro de 2011 do CNAS. Assim, atendendo suas lideranças no fortalecimento de seu protagonismo, capacitando-as à gestão sustentável, apoiando, sistematizando e difundindo projetos inovadores e de inclusão cidadã, promovendo soluções com potencial para serem incorporadas em políticas públicas e compartilhando-as com os órgãos gestores da assistência social nos Municípios e no Estado. Vem, ainda, fomentando a articulação de redes como meio de promover as políticas sociais, estimulando espaços de cooperação e mobilizando recursos existentes na sociedade.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

As entidades beneficentes e de assistência social assessoradas pela ONG Parceiros Voluntários são constituintes da rede sócio assistencial, que realiza atendimento a usuários tanto da proteção social básica como da especial. Além delas, a Entidade apoia instituições que integram parcerias em ações do Programa

Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, tais como escolas, órgãos do poder público e conselhos que exercem controle social.

Buscando garantir a sustentabilidade e perenidade da Organização, em 2020 ocorreu uma mudança no seu modelo de negócio. Ao invés de trabalhar exclusivamente com soluções pré-definidas, a Parceiros Voluntários se posiciona como uma provedora de soluções para toda a sociedade com foco em gerar um impacto positivo nas comunidades, mas sempre fiel ao seu propósito de que somente juntos criaremos uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

Atualmente compreendemos que cada parceiro, assim como cada projeto, é único. E que é mais poderoso construir respostas sob medida junto com os envolvidos do que buscar uma solução pronta em um repertório de metodologias., hoje mais do que especialistas em voluntariado ou em tecnologias sociais, somos uma organização com excelência em escutar, decodificar, cocriar e implementar soluções.

É assim que colaboramos com empresas, OSCs, escolas, universidades, governos e indivíduos:

- **Governos:** Promovemos a formação de redes de diálogos entre o poder público e a sociedade civil para fortalecer políticas que tragam equilíbrio social.
- **Empresas:** Aceleramos a jornada das companhias sem direção ao ESG, principalmente cocriando soluções para causas sociais.
- **Terceiro Setor:** Compartilhamos conhecimento e promovemos conexões com outras ONGs para potencializar as suas causas sociais.
- **Indivíduos:** Potencializamos a conexão das pessoas que querem trabalhar para o bem do outro com as OSCs que necessitam de recursos humanos voluntário.
- **Escolas:** Promovemos vivências de cidadania nas escolas, o que inclui formações e experiências com alunos e professores.

No que tange aos impactos tributários, a Entidade é de natureza filantrópica e, por isso, goza de imunidade tributária, conforme regulamenta o art. 150 da Constituição Federal do Brasil.

Desde a sua fundação em 1997, a Entidade assessora entidades beneficentes e de assistência social, suas lideranças e seus usuários, capacitando-os à gestão sustentável, apoiando, sistematizando e difundindo projetos inovadores e de inclusão cidadã, promovendo soluções com potencial para serem apropriadas em políticas públicas, compartilhando-as com os órgãos gestores da assistência no estado e municípios.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19

Em janeiro de 2020 a China divulgou juntamente com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a situação de epidemia de uma nova doença “Coronavirus”, que causa um tipo de pneumonia e pode ser transmitido de pessoa para pessoa. Diante dos casos de morte na China, o país decidiu suspender a circulação de trens entre as cidades e medidas restritivas de circulação e isolamento de pessoas.

No mês de fevereiro de 2020 diversos países europeus noticiaram os primeiros casos de Coronavirus. Diante da propagação deste vírus em todos os continentes a Organização Mundial da Saúde(OMS) classificou no dia 11 de março de 2020, o surto do novo Coronavirus (SARS-CoV-2) como uma pandemia. Diversos países estão enfrentando esta pandemia com medidas de isolamento social, fechamento de fronteiras, fechamento de aeroportos, proibição de voos internacionais e redução significativa de voos dentro do próprio país, resultando na paralisação de diversas atividades econômicas no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Uma vez que a Organização no início de 2020 havia feito uma reestruturação no seu modelo de negócio, como a diminuição significativa da sua equipe de funcionários, diante do contexto da pandemia que acarretou em uma queda acentuada no processo de captação de recursos à Parceiros Voluntários conseguiu se adaptar de forma bastante rápida e eficiente lançando mão das seguintes medidas:

1. Projetos que antes eram realizados de forma 100% presencial foram redesenhados para uma solução digital, permitindo a sua execução em plenitude e por consequência gerando escalabilidade;
2. Implantamos um processo de captação mais agressivo de Projetos via Leis de Incentivo (Lei da Cultura, Fundo do Idoso e da Criança e Adolescente), uma vez que tínhamos a real convicção de que o aporte de recursos não incentivados sofreriam com a questão da pandemia;
3. Criamos um comitê de Compliance e Gestão de Risco que mensalmente se reúne com o objetivo de monitorar de perto toda a operação da Organização, assim como os indicadores financeiros e de performance;

Diante deste cenário, a entidade vem monitorando os efeitos nas suas operações e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 01 de abril de 2021.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas ("PMEs") e com a Resolução CFC no 1.409/12 que aprovou a ITG2002 - Entidade sem fins lucrativos. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

A ITG 2002 - Entidade sem fins lucrativos estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Apuração do superávit/déficit

As receitas com contribuições referem-se a doações das empresas mantenedoras e apoiadoras e são registradas quando do efetivo recebimento.

As receitas de doações para projetos e eventos de assessoramento referem-se a patrocínios recebidos e são reconhecidas mensalmente na demonstração do resultado de acordo com a execução dos contratos, na proporção dos custos reembolsáveis e tem como finalidade custear as atividades de assessoramento desenvolvidas pela Entidade.

Os custos com projetos de assessoramento são contabilizados na demonstração do resultado de acordo com o andamento dos projetos.

As demais receitas e despesas operacionais são apuradas e contabilizadas pelo regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Outros créditos

São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se aos valores de adiantamento de férias e gastos com projetos em andamento e que serão reconhecidos como despesa na mesma proporção das receitas efetivamente recebidas.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Fundo de sustentabilidade

É formado substancialmente por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, sendo reconhecidos pelo valor justo na data da operação e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. Esses saldos foram classificados como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, no ativo não circulante.

(f) Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos do ajuste de avaliação a valor justo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativo intangível

Os custos com desenvolvimento do *software* "Gestão do Voluntariado" foram capitalizados com base nos montantes incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos.

(h) Ordenados e encargos sociais

Os ordenados e encargos sociais são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. Os salários são pagos dentro do mês de competência.

(i) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

As principais estimativas contábeis realizadas pela Administração referem-se à definição da vida útil dos ativos imobilizados e a mensuração das receitas e despesas do trabalho voluntário recebido.

(j) Receitas diferidas com projetos de assessoramento

As receitas diferidas referem-se aos valores de contratos de patrocínios já recebidos pela Entidade e que serão reconhecidos como receita no resultado dos exercícios ao longo do prazo do contrato na mesma proporção dos gastos recuperáveis e o saldo final quando da conclusão dos projetos.

(k) Receitas de doações

As receitas de doações são originadas de doações pessoas físicas e jurídicas, em datas e valores variáveis, via

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

depósito ou transferência identificada na conta bancária da entidade e são registradas pelo regime de caixa.

(l) Receitas de contribuições de mantenedoras

As receitas de contribuições das mantenedoras são originadas de contribuições mensais de pessoas jurídicas, em datas e valores previstos no convênio de colaboração institucional, repassados via depósito ou transferência identificada na conta bancária da entidade e são registradas pelo regime de caixa.

(m) Trabalho voluntário

Voluntário é toda pessoa ou organização que, motivada pelos valores de participação e solidariedade, disponibiliza seu tempo, conhecimento e emoção para causas de interesses social e comunitário.

A Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita, conforme definido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na Resolução CFC n.º 1.409/12.

n) Provisões para contingências

A Entidade não possui ações judiciais em andamento.

(o) Patrimônio social

É representado pela reserva de doações, pela reserva para fundo de sustentabilidade e pelos superávits acumulados.

(p) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação no relatório das demonstrações financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa geral e bancos conta-movimento	6.128	7.148
Bradesco – CDB/Letras	345.343	37.292
Bradesco – FICFI Referenciado DI Special	7.311	535
Banco do Brasil – Minc – Renda Fixa Fundo Público Clássico	249.837	1.065.202
Banco do Brasil - Pronac Renda Fixa Fundo Público Clássico	995.662	-
Banco do Brasil - Pronac Renda Fixa Setor Público Diferencia	286.225	-
Banco do Brasil – Poupança	51	51
Banrisul – Poupança	2.081	2.038
Banco do Brasil – Auto Mais	171	6.224
Banrisul – CDB	-	406
Bradesco - FIC Refer. DI Special	-	84.095
	<u>1.892.809</u>	<u>1.202.991</u>

FICFI - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Referenciado DI Special

Os saldos de depósitos bancários de curto prazo são livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

gravames. As aplicações financeiras contratadas pela Entidade referem-se a recursos excedentes, com rentabilidade média de 100% do CDI (100% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

4 Estoques

Os estoques são constituídos por livros de autoria da Entidade. Os livros são destinados à venda e estão contabilizados pelo valor de custo, R\$ 16.605 (R\$ 16.605 em 31 de dezembro de 2019).

5 Despesas Antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento de viagens	-	738
Adiantamento de despesas	1.806	2.181
Adiantamento de férias	9.088	21.878
Adiantamento de projetos	984	23.592
	<u>11.878</u>	<u>48.389</u>

6 Fundo de sustentabilidade

Contempla recursos de superávits acumulados e rendimento das aplicações financeiras referente a esses recursos, com o objetivo de prover as necessidades de caixa em decorrência de obrigações futuras que possam vir a ser assumidas pela Entidade.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Itaú S.A. - CDB - DI	-	1.719.996
Bradesco – Fundo DI Special	-	524.403
Banco BTG Pactual – CDB Plus	-	223.230
Banco BTG Pactual – Conta corrente	560	214.208
Banco BTG Pactual – Fundo ACS LEGCY C FIC FIM	89.242	-
Banco BTG Pactual – JGP SELECT FIM PCO	48.067	-
Banco BTG Pactual - CRA BK BRASIL OPERAÇÃO	65.616	-
Banco BTG Pactual – DEBENT.CONCES. ROTA	20.826	-
Banco BTG Pactual - CRA BK BRASIL OPERAÇÃO	221.669	-
XP Investimentos – Conta Corrente	526	-
XP Investimentos – Titulos Publicos Federais	3.214.960	-
Banco BTG Pactual – Tesouro Simples RF	1.462	-
Banco BTG Pactual – CDB Banco Sofisa	8.115	-
Banco BTG Pactual – Companhia Energética Sinop	5.506	-
Banco Itaú – Conta corrente	<u>-</u>	<u>804.455</u>
	<u>3.676.549</u>	<u>3.486.292</u>

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos da Entidade estão 87% aplicados em Títulos Públicos Federais.

(a) Movimentação do Fundo de sustentabilidade

Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.305.006</u>
Receitas financeiras	181.286
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.486.292
Receitas financeiras	190.257
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>3.676.549</u>

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado e intangível

(a) Mapa de movimentação do imobilizado

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Instalações telefônicas</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.148	1.373	12.032	65.743	80.310	183,606
Aquisições	-	1.028	-	3.525	-	4.553
Depreciações	<u>(2.926)</u>	<u>(1.060)</u>	<u>(1.476)</u>	<u>(13.771)</u>	<u>(3.269)</u>	<u>(22.502)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.222	1.341	10.556	55.497	77.041	165.657
Custo total	33.035	6.800	17.635	96.104	81.945	235.519
Depreciação acumulada	<u>(11.813)</u>	<u>(5.459)</u>	<u>(7.079)</u>	<u>(40.607)</u>	<u>(4.904)</u>	<u>(69.862)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.222	1.341	10.556	55.497	77.041	165.657
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(579)	-	(579)
Depreciações	<u>(2.736)</u>	<u>(572)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>(13.563)</u>	<u>(3.292)</u>	<u>(21.913)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.486	769	8.806	41.355	73.749	143.165
Custo total	33.035	6.800	17.635	95.200	81.944	234.614
Depreciação acumulada	<u>(14.549)</u>	<u>(6.031)</u>	<u>(8.829)</u>	<u>(53.845)</u>	<u>(8.195)</u>	<u>(91.449)</u>
Valor residual	<u>18.486</u>	<u>769</u>	<u>8.806</u>	<u>41.355</u>	<u>73.749</u>	<u>143.165</u>
Taxas médias anuais de depreciação %	8,33	16,67	10	16,67	16,67	

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Revisão e ajuste da vida útil estimada do imobilizado

Conforme previsto pelo CPC PME, a Entidade realizou análises com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Entidade contratou empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação datado de 12 de julho de 2018, aprovado pela diretoria da Entidade. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação fez um levantamento dos bens e analisou o seu estado de conservação, levando-se em conta o valor residual dos bens. Não há histórico ou indicativo de impairment dos bens do ativo imobilizado.

Para a definição da vida útil das máquinas, equipamentos e outros bens móveis os especialistas utilizaram tabelas de depreciação consagradas, análise de dados históricos da Entidade e dados obtidos na vistoria dos bens.

<u>Itens do imobilizado</u>	<u>Vidas úteis em anos (média)</u>
Móveis e utensílios	12
Instalações telefônicas	6
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	6
Instalações	6

(c) Mapa de movimentação do intangível

	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.062	17.062
Amortizações	<u>(4.299)</u>	<u>(4.299)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.763	12.763
Amortizações	<u>(4.302)</u>	<u>(4.302)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.461	8.461
Custo total	21.500	21.500
Amortização acumulada	<u>(13.039)</u>	<u>(13.039)</u>
Valor residual	<u>8.461</u>	<u>8.461</u>
Taxa média anual de amortização %	20	

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

O software diz respeito ao desenvolvimento de plataforma online que conecta pessoas com organizações da sociedade civil, através de oportunidades de voluntariado. A solução foi inicialmente desenvolvida pela Atados (SP) e customizada para que atendesse as demandas da ONG Parceiros Voluntários em um ambiente virtual. O montante de R\$ 21.500, que se refere ao total, será amortizado em 5 anos.

8 Ordenados e encargos sociais a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FGTS	9.430	12.379
INSS	5.971	7.576
Provisão de férias e encargos sociais	<u>96.117</u>	<u>105.084</u>
	<u>111.518</u>	<u>125.039</u>

9 Obrigações Fiscais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda retido na fonte	23.832	23.584
Retenção PIS/Cofins/Contribuição Social - Lei 10.833	71	118
Impostos Sobre Serviço - ISS	-	26
INSS a pagar - retenção	<u>-</u>	<u>113</u>
	<u>23.903</u>	<u>23.841</u>

(a) Isenções usufruídas

Em atendimento ao parágrafo único do artigo 4º, do Decreto nº 2.536/98, os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS - quota patronal), totalizaram R\$ 239.635 (R\$ 378.163 em 31 de dezembro de 2019).

Em 28 de agosto de 2020, através da Portaria nº 120/2020, foi publicada a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, o que garante à ONG Parceiros Voluntários a isenção previdenciária.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Receitas diferidas - Projetos em andamento

	2020	2019
Tribos Brasil - Lei Rouanet	250.174	366.488
Retratos da Cidadania - Lei Rouanet	286.905	700.190
Tribos e Teatro - Lei Rouanet	995.661	-
Programa de Voluntariado - Thyssenkurpp	-	234
Programa de Voluntariado - CUMMINS	51.942	-
Voluntariado Corporativo UNIMED	4.546	-
Hydro Brasil	710	1.914
Brookfield	-	24.814
SAREPTA	-	15.481
Projeto COFCO	10.465	4.654
Tribos Sulgás	1.819	1.776
Coca-Cola - FEMSA	23.081	-
COFCO Global	74.897	-
Funcriança	171	5.348
CMPC Diálogo com a Comunidade	9.530	-
CMPC Capacitação de Organização da Sociedade	6.580	-
CMPC Capacitação de Conselhos Municipais	12.562	-
CMPC Diagnóstico Inserção Econômica	27.385	-
Disseminando Saberes	11	11
Qualificação Teia Social	-	874
Assessoramento as OSC´S	7.341	890
	1.763.780	1.122.674

A totalidade dos recursos encontram-se classificados no passivo circulante, dada à expectativa de conclusão dos projetos em andamento em um período inferior a um ano.

11 Patrimônio social

O patrimônio social é formado por doações, reserva do fundo de sustentabilidade e pelo superávit acumulado.

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reserva de doações

No exercício de 2019 a Entidade recebeu doações de moveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e aparelhos celulares no valor total de R\$ 77.315 efetuadas por empresas patrocinadoras de projetos da entidade. No exercício de 2020 a entidade não recebeu doações dessa natureza.

(b) Reserva - Fundo de sustentabilidade

Composta por doações recebidas, substancialmente, das empresas mantenedoras, acrescidos dos rendimentos financeiros de R\$ 181.286 de 2019 incorporados no ano de 2020 (R\$ 196.283 em 31 de dezembro de 2019) incidentes sobre o montante total, com o objetivo de suprir futuras necessidades financeiras, conforme deliberação dos órgãos estatutários.

12 Receitas das atividades operacionais

As receitas das atividades são oriundas das seguintes fontes e estão apresentadas de forma segregada, no atendimento do artigo 460, inciso IV do Decreto no 8.242 de 23 de maio de 2014:

	2.020	2.019
Contribuições de mantenedores e apoiadores		
Contribuições	488.480	775.122
Outras Receitas	12.440	15.560
Doações	181.268	405.058
	<hr/>	<hr/>
	682.188	1.195.740
Atividades de assessoramento		
Projetos Thyssenkurpp	8.234	9.654
Projetos Hidro Brasil	131.385	151.039
Projeto Família Gerdau		95.975
Projeto CMPC - Diálogo com a Comunidade		71.342
Tribos Sesi		53.100
Tribos Renner		4.046
Tribos - Lei Rouanet	150.517	794.711
Projeto CMPC - Assessoramento	23.764	-
Projeto CMPC - Capacitação	25.229	-
Projeto CMPC - Diagnóstico Inserção Econômica	21.505	-
Projeto CMPC - Conselhos Municipais	23.088	-
Projeto CMPC - Organizações da Sociedade	10.805	-
Projeto Fundação Telefônica	126.000	-
Projeto Voluntariado UNIMED	32.834	-
Projeto +PRATI	31.004	-
Projetos Lei Rouanet - Retratos da	390.959	-
Teia Social	67.931	176.167

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Disseminando Saberes		126.696
Projeto Ingredion		10.000
Projeto da Vale		11.564
Projeto Global Communities	4.390	16.756
Projeto Instituto Bacuri		13.968
Projeto Brookfield	31.289	15.475
Projeto Funcriança	13.058	15.476
Projeto Biogen		15.239
Projeto COFCO	86.324	29.856
Projeto Sarepta	41.452	16.837
Projeto Coca-Cola (FEMSA)	47.033	-
Projeto Ticket Serviços	3.077	-
Programa de Voluntariado	100.030	61.157
Assessoramento OSC'S	94.676	96.174
Outros Projetos		11.517
	<u>1.464.584</u>	<u>1.796.749</u>
Trabalho voluntário		
Atividades administrativas	<u>636.054</u>	<u>734.461</u>
	<u>2.782.826</u>	<u>3.726.950</u>

Para o desenvolvimento de suas ações, os projetos atendidos pela ONG Parceiros Voluntários dependem do recebimento de contribuições de empresas patrocinadoras de projetos. Os recursos obtidos são destinados exclusivamente para os projetos e para contribuir com algumas despesas administrativas da organização na realização dos mesmos. No ano de 2020 alguns mantenedores migraram suas contribuições mensais para aportes de recursos para projetos específicos e via Leis de Incentivo, desta forma adequando o seu orçamento.

Existem recursos captados em 2020 que serão empregados em projetos que continuarão sua execução ao longo do exercício de 2021, são eles: CMPC – Celulose Celulose Riograndense, Tribos nas Trilhas da Cidadania –Lei Rouanet, Retratos da Cidadania- Lei Rouanet, Qualificação da Teia Social- COMUI, Programa de Voluntariado Corporativo COFCO, Programa de Voluntariado Corporativo Unimed Porto Alegre, Programa de Voluntariado Corporativo Cummins, Programa de Voluntariado Corporativo Norsk Hydro Brasil Ltda.

13 Gastos com projetos de assessoramento

Os gastos com projetos estão apresentados de forma segregada, no atendimento do artigo 460, inciso IV do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projetos fomentados com recursos próprios		
Programa de Fortalecimento Teia Social	18.226	42.686
Programa Valores Na Educação	240	14.664
Programa de Assessoramento para OSC	65.702	76.574
Programa de Voluntariado Empresarial	405	16.015
	<u>84.573</u>	<u>149.939</u>

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Projetos fomentados com patrocínios de terceiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tribos Gerdau	-	4.236
Projeto Família Gerdau	-	44.154
Programa Voluntariado	40.156	17.157
Tribos Cyrela	-	6.615
Tribos Sesi	-	17.393
Projetos Hidro Brasil	70.113	73.633
Projeto Voluntariado UNIMED	5.774	-
Projeto +PRATI	31.004	-
Projeto CMPC - Diálogo com a Comunidade	8.000	38.749
Projeto CMPC - Assessoramento	9.310	-
Projeto CMPC - Diagnóstico Inserção Econômica	9.195	-
Projeto CMPC - Conselhos Municipais	10.938	-
Projeto CMPC - Organizações da Sociedade	4.020	-
Projeto da Vale	-	4.200
Projeto Fundação Telefônica	91.450	-
Projeto Global Communities	219	8.980
Projeto Instituto Bacuri	-	1.187
Projeto Brookfield	14.805	5.585
Projeto Funcriança	5.358	76
Projeto COFCO	43.517	18.456
Projeto Sarepta	19.936	1.726
Projeto Coca-Cola (FEMSA)	20.659	-
Projeto Ticket Serviços	1.440	-
Projetos Tribos Brasil - Lei Rouanet	50.547	618.188
Projetos Lei Rouanet - Retratos da	134.035	-
Projetos Thyssenkurpp	308	231
Teia Social	35.931	114.559
Disseminando Saberes	-	104.896
Projeto Biogen	-	12.917
Projeto Ingredion	-	9.972
Capacitando Quem Capacita	-	-
Outros projetos	-	6.924
	<u>606.715</u>	<u>1.109.834</u>
	<u>691.288</u>	<u>1.259.773</u>

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Com pessoal		
Administrativo	569.780	594.601
Assessoramento	521.454	1.238.042
Aluguéis(gratuidades)	58.257	58.256
Condomínio	16.913	12.780
Utilidades e serviços	23.617	39.639
Depreciação e Amortização	26.213	26.801
Impostos, taxas e contribuições.	-	-
Gestão administrativa	137.041	274.418
Gerais	89.736	79.977
	<u>1.443.011</u>	<u>2.324.514</u>

15 Resultado financeiro líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas bancárias	(2.392)	(6.316)
Outras despesas financeiras	(364)	(4.119)
Despesas financeiras	<u>(2.756)</u>	<u>(10.435)</u>
Juros e descontos auferidos	-	20.129
Rendimento de aplicações financeiras	194.442	179.923
Receitas financeiras	<u>194.442</u>	<u>200.052</u>
Resultado financeiro líquido	<u>191.686</u>	<u>189.617</u>

ONG Parceiros Voluntários

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Remuneração dos administradores

A Entidade entende por administradores os membros do Conselho de Administração, composto por 08 conselheiros, tendo entre eles um Presidente e um Vice-Presidente.

Conforme artigo 20º, parágrafo segundo do Estatuto Social da Organização temos que: “O Presidente do Conselho de Administração, excepcionalmente, poderá ser remunerado, nos termos do artigo 13º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto Social”, entretanto no ano de 2020 o mesmo atuou de forma 100% voluntária.

Quanto aos demais conselheiros do Conselho de Administração, a sua atuação é totalmente voluntária, embasada no artigo 13º do Estatuto Social que afirma: “A Associação não remunera nem concede vantagens e benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer título, aos membros do Conselho de Administração, aos conselheiros do Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal, associadas, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhes são atribuídas por este Estatuto”.

Concluindo temos que o tempo dispendido em prol da Entidade é entendido como trabalho voluntário, não remunerado, e contabilizado como prevê as políticas contábeis (nota 2.2 (k)) e é detalhado na nota 13.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas foram identificadas como sendo as empresas associadas à

Entidade. As operações da ONG com partes relacionadas referem-se substancialmente a:

	<u>2019</u>	-	<u>2018</u>
Doações recebidas			
Mantenedores (i)	682.188		1.195.740
Projetos de assessoramento (ii)	<u>1.464.584</u>	-	<u>1.796.749</u>
	<u>2.146.772</u>		<u>2.992.489</u>

(i) Doações efetuadas pelos mantenedores/apoiadores: Associação Comercial de Porto Alegre, Associação Hospitalar Moinhos de Ventos, Banco BTG Pactual, Dupont Spiller Advogados Associados, Fecomércio-Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, FIERGS- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Grendene, Ipiranga, Processor Informática, Puras FO Investimentos, Smiles-Milhas do Bem, Instituto Helena Florisbal, SLC Participações, Vonpar Refrescos, Fundação Telefônica Vivo, Lojas Pernambucanas.


ONG Parceiros Voluntários

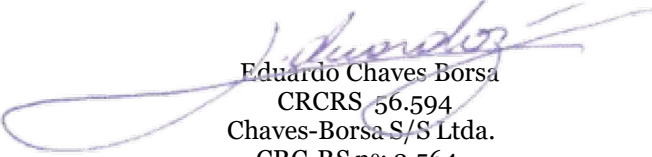
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Os projetos foram patrocinados pelas empresas: BVA - BRINK'S Valores Agregados LTDA , BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco sistema S.A., BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário S.A., Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS , COFCO Internacional Grains Ltda , CMPC Celulose Riograndense , Cummins ,Facebook Serviços Online do Brasil Ltda , Federação Brasileira de Entidades de Combate ao Câncer - FEBEC , Gerdau, Global Communities Brasil, Intituto Cyrela, Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo, Instituto Lojas Renner, LYNX Projetos Sociais e Ambientais LTDA, Norsk Hydro Brasil Ltda, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Sarepta Farmacêutica Brasil Ltda, Serra dos Cavalinhos I Energética S.A, Serviço Social da Indústria-SESI e Thyssenkrupp Elevadores.

* * *


Daniel Hiram Ferreira Ramos Santoro
Presidente do Conselho de Administração
CPF nº: 513.322.050-20


Eduardo Chaves Borsa
CRCRS 56.594
Chaves-Borsa S/S Ltda.
CRC-RS nº: 2.564